

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>



USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

USES OF THE TERRITORY IN PARAGOMINAS (PA): GEOGRAPHICAL SPACE AND SOCIAL CLASSES.

Daniel Araújo Sombra Soares – Universidade Federal do Pará – Belém - Brasil
danielsombra9@gmail.com

Alegria dos Santos Leite – Universidade Federal do Pará – Belém - Brasil
alegria1717@yahoo.com.br

Mateus Monteiro Lobato – UNESP – Presidente Prudente/SP - Brasil
mateusmonteirolobato@gmail.com

Carlos Jorge Nogueira de Castro – Universidade Federal do Pará – Belém - Brasil
carlosjorge319@yahoo.com.br

RESUMO:

Propomos neste texto fazer uma análise dos usos do território em Paragominas. Uma forma de fazer isso foi por meio da descrição dos processos numa leitura dialética. A análise das contradições econômicas e sociais, a um só tempo, é motrizes e produtos da espacialização desigual que caracteriza o território em Paragominas. Contrastamos os dados coletados em trabalho de campo com os dados econômicos e geográficos disponibilizados pelas instituições oficiais para fazer uma síntese geográfica de Paragominas, nesse momento da totalidade-mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Usos do território; classes sociais; Paragominas (PA).

ABSTRACT:

This paper has a proposition of an analysis about the uses of the territory in Paragominas, describing them without forgot the analysis about social and economic contradiction, that are, in the same time, roots and outcomes of the unequal spacialization that is the main character of the municipality. It seeks to contrast the data collected in the field of working with economic and geographic data provided by official institutions to make a geographical synthesis of Paragominas, in this moment of world-totality.

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

KEY WORDS: Uses of the territory; social classes; Paragominas (PA).

Introdução

O processo de produção do espaço geográfico em Paragominas, no contexto da expansão do modo de produção capitalista na Amazônia, deu-se a partir da expansão do processo de acumulação por espoliação ao longo do Século XX. O que se enceta nas linhas que seguem constituem descrição e análise dos usos do território em Paragominas. Em se tratando de sociedades regidas pela necessidade de reprodução ampliada do capital, embora a produção do espaço seja socializada drenando a energia coletiva, a apropriação do território é privada, posto que um séquito usufruirá dos objetos construídos por todos. O que se impõe é observar como superestruturas são construídas para cimentar este “acordo” de classes (discurso) e firmar a sua sustentação (Estado), e como esses atores sociais se organizam estruturalmente afim de territorializar o espaço.

A classe pecuarista e o sindicato dos produtores rurais

Os pecuaristas chegaram em Paragominas nos anos 1960, avançando com a *frente pioneira* (a frente específica instalação do capital e da modernização), posterior à *frente de expansão* (mobilidade do trabalho). Seu poder econômico foi a alavanca para a conquista do poder político. A emancipação do município é o início da consolidação da hegemonia política da classe e de sua territorialização no espaço. Outras atividades econômicas mais afeitas à urbanização, como o sistema bancário e o setor de serviços foram sendo desenvolvidas no município. A sede municipal se expandiu demograficamente. Este conjunto de fatores levou autores como Becker (2009, p. 95) a asseverar que “a Amazônia é um espaço definitivamente urbanizado, mas [...] essa urbanização se apresenta de forma diferenciada, não só intrarregionalmente, mas também dentro das unidades de federação que compõem a região”.

No entanto, as atividades econômicas mais urbanizadas foram criadas sob a hegemonia econômica e política dos pecuaristas. As madeireiras, assim como as primeiras lojas, departamentos de serviços etc. pertenciam à classe que possuía capital. Porém, no atual período do capitalismo, a informação está agregada à técnica. Novos discursos são erigidos. Velhas práticas são camufladas. Com relação ao padrão de organização do espaço, a lógica Estrada–Terra Firme–Subsolo tornou-se hegemônica, com a pecuária como motor. A atividade pecuária sofreu basicamente duas grandes crises desde seu alvorecer em Paragominas, em virtude de problemas técnicos com o uso inadequado de gramíneas e produtos químicos, ocasionando degradação dos pastos, emagrecimento no gado, e, conseqüentemente, rápida perda de mercados. As duas crises coincidem, no entanto, com dois *booms* econômicos. A primeira crise da pecuária se dá no início dos anos 1980, e coincide com o *boom* das madeireiras em Paragominas. A segunda crise se dá no início dos anos 1990 e coincide com o *boom* do reflorestamento (ALMEIDA, UHL, 1998). A geografia ensina a desconfiar do acaso.

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

As três atividades econômicas estavam nas mãos dos mesmos empreendedores, e tanto a extração madeireira, como o reflorestamento (monocultura de árvores) se expandiram quando houve necessidade de novas atividades para complementação de capital dos pecuaristas (FERNANDES, 2011, p. 46). Esta complementação ocorreu com a incorporação (ou sujeição) da renda da terra ao capital, posto que em Paragominas, em virtude das condições globais de exportação e investimento, tanto a extração madeireira como a monocultura de árvores possibilitam uma maior extração de renda da terra que a atividade agrícola (ALMEIDA, UHL, 1998, p. 18-19). A pecuária, apesar da volatilidade do mercado, continua a ser a atividade preferencial. Em condições normais, seu lucro é menor que o da extração de madeira, mas a renda extraída é maior (ALMEIDA, UHL, 1998, p. 19). Normalmente as três atividades (agricultura, pecuária e madeira) são realizadas de modo extensivo em Paragominas. A renda e o lucro obtidos com a agricultura só são comparáveis aos da pecuária e extração madeireira se realizada de modo intensivo, conforme ilustra a figura 1.

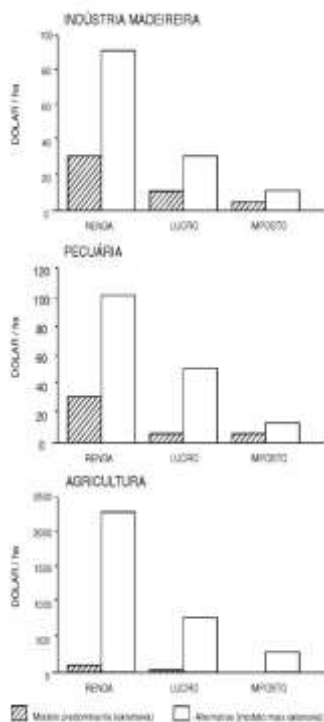


Figura 1: Comparação da renda, imposto e lucro gerados pela atividade madeireira, pecuária e agricultura, segundo usos extensivos e intensivos.

Fonte: Almeida e Uhl (1998, p. 19)

Cabe logo constatar que a primeira divisão do trabalho que se nota em Paragominas é que a agricultura, e, sobretudo, a agricultura de produtos alimentícios só é realizada por pequenos agricultores (assentamentos do INCRA ou pequenas colônias

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

agrícolas de camponeses–posseiros) espalhados pelo município. Um grupo social reproduzido pelo capitalismo, embora represente sua contradição. A reprodução da força de trabalho, contudo, dá-se a partir de relações não capitalistas. Por um lado, como era de se esperar, conforme Santos (2008) a participação da população no circuito inferior da economia continua alta em Paragominas. Ao observarmos a distribuição da população ocupada (POC) em Paragominas, constatamos que em 2000 aproximadamente 10% da população viviam por “conta própria”, considerados “autônomos” quanto a seus empregos. Enquanto isso 24,75% era empregada sem carteira assinada, e 0,83% “trabalhava na produção para o seu próprio consumo” conforme podemos visualizar na tabela 01.

Tabela 1: Distribuição da POC na ocupação e categoria principal 1991/2000

Posição na Ocupação no Trabalho	1991		2000	
	POC	%	POC	%
Total POC			25.266	-
Empregados	17.019	72,81	18.507	73,25
Com carteira de trabalho assinada ⁽¹⁾	-	-	8.145	44,01
Militares e funcionários públicos estatutários	-	-	1.201	6,49
Outros sem carteira de trabalho assinada ⁽²⁾	-	-	9.161	49,50
Empregadores	1.113	4,76	676	2,68
Conta própria	4.803	20,55	5.044	19,96
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	439	1,88	366	1,45
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	-	673	2,66

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Elaboração: Idesp/Sepof

(1) Inclusive os trabalhadores domésticos;

(2) Inclusive os aprendizes ou estagiários sem remuneração.

Com relação aos dados de 2000 o total está calculado para 200%. Ocorre que nas definições do IBGE há uma ambiguidade com relação à POC que trabalha por “conta própria” e aos “trabalhadores na produção para o próprio consumo”. Na definição dos conceitos do próprio IBGE temos que “conta própria” diz respeito a “Conta-própria - pessoa que trabalha em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica sem ter empregados, individualmente ou com sócio, com auxílio ou não de trabalhador não-remunerado”, enquanto que o “trabalhador na produção para o próprio consumo” é aquela “pessoa que trabalha pelo menos uma hora na semana na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar” (IBGE, s. d.).

Não conseguimos, então, enquadrar tão facilmente em que classe estão os agricultores familiares, posto que eles podem trabalhar para o auto sustento e complementar os rendimentos vendendo o excedente, classificando-se assim como trabalhadores “por conta própria”. Ao nível teórico, temos então que em 2000 mais de 30% da população ou trabalhava nos moldes camponeses, conforme Martins (1980) ou no circuito inferior, conforme Santos (2008). Aparentemente o primeiro seria característico do espaço agrário e o segundo do espaço urbano, mas a realidade é difícil de ser separada em conceitos estanques. O poder público municipal pouco pode fazer em termos de regularização da situação dos posseiros, posto que isto cabe a órgãos de

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

outras esferas (ITERPA no caso das terras estaduais, e INCRA no caso das terras da União). “Os fazendeiros da região formam, contudo, desde a criação da cidade, grande parte da elite de Paragominas e são, historicamente, um dos principais grupos tomadores de decisão no município. Este grupo está organizado por meio do Sindicato dos Produtores Rurais. O sindicato é uma instituição forte no município com grande influência sobre a gestão pública. Sua sede está localizada no Parque de Exposições, com 15.800 m² de área no centro da cidade, local da Exposição Estadual de Produtos do Campo (Agropec)” (FERNANDES, 2011, p. 46-47). O poder material sustentando o poder simbólico do empreendedorismo.

Ainda de acordo com Fernandes (2011, p. 47) “o Sindicato em um papel fundamental na divulgação de informações sobre e para os produtores rurais, como na divulgação para a sociedade como um todo acerca da produção agropecuária e das práticas dos produtores. Um de seus maiores desafios é trabalhar a melhoria da imagem do pecuarista da região que está desgastada (...)”. Seu desafio atual é melhorar a imagem da classe perante a opinião pública. Após a operação “Arco do Fogo”, os pecuaristas, através do Sindicato, iniciam uma campanha publicitária no município e no estado. Preocupada em analisar a construção do discurso e o fluxo de informações, Fernandes (2011) captou a ideologia presente nas palavras, e o significado político das coisas enunciadas ou ocultadas nos discursos. Na opinião do Sindicato dos Produtores Rurais, personificado na figura de seu presidente, Paragominas vive atualmente um novo “período histórico” (FERNANDES, 2011). Segundo o discurso oficial, o desmatamento e o trabalho escravo, as duas mais degradantes atividades na construção do que é Paragominas foram causadas pela falta de conhecimento, e, principalmente, pela não disponibilidade naquele momento de outros métodos. Esta não seria mais a posição da classe hoje (FERNANDES, 2011). Um dos pecuaristas entrevistados por esta autora explica que:

A sociedade é o nosso cliente. Então é muito ruim para nós [que] a sociedade veja a nossa veja a nossa atividade como desgraça, que só faz coisas ruins. Isso não é legal pra mim. Eu vendo o meu produto para um cliente que acha que eu sou um bandido. Eu sou hoje pior que um traficante de drogas. Na verdade a gente quer levar e mudar isso aí. Ter uma relação legal com o nosso cliente que é a sociedade. Nós queremos fazer no sindicato esse canal de comunicação (Mauro Lúcio Costa, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais em 2010 em informação verbal, extraída de FERNANDES, 2011, p. 47).

A sociedade local, entretanto, nunca foi a “verdadeira cliente” da classe pecuarista local, posto que a exportação sempre foi o seu nicho (ALMEIDA, UHL, 1998). Mas num contexto em que o espaço é cada vez mais “informacional”, a busca da ética move a produção de formas. Nota-se, então, que a classe tem uma noção exata de que Paragominas, a exemplo de outros municípios na fronteira amazônica, foi marcado nacionalmente com a imagem do trabalho escravo. Ocorre que os maiores pecuaristas do município sequer estão lá para se defender, porque não são paragominenses. Segundo um de nossos entrevistados, S. S. Gomes, natural de São Miguel do Guamá e

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

proprietário de uma fazenda de gado em Paragominas:

A maioria dos grandes latifundiários aqui em Paragominas não só pessoas de fora, como geógrafo astuto pode pensar. Na realidade eles são médicos, advogados, empresários, gerentes de banco de Belém, de São Paulo, do Rio. Essa realidade do campo que se ensina nos livros didáticos é completamente falsa. E a maioria são absenteístas como eu (informação verbal em 05/07/2013) ¹.

Em seu estudo Fernandes (2011), aponta que os pecuaristas carregam o fardo de tudo o que ocorreu de ruim em Paragominas. A pressão trabalhista hoje, contudo, é mais intensa. A fiscalização acerca do trabalho escravo aumentou. Entretanto, na visão do presidente do Sindicato dos Produtores, o número ainda elevado de denúncias de trabalho escravo se deve a um “certo preconceito” por parte das autoridades trabalhistas, principalmente o Ministério do Trabalho e Emprego. Em entrevista a Fernandes (2011, p. 47), o então presidente do Sindicato dos Produtores Rurais justificava que:

Por exemplo, se você for em São Paulo, ou no Rio de Janeiro, ou em Minas Gerais, tiver uma fiscalização e tiver um funcionário sem carteira assinada, você tem um funcionário sem carteira assinada. Você leva multa. Se vier aqui no Pará e tiver [um funcionário sem carteira assinada], é um escravo. Libertaram um escravo. No nosso ponto [de vista] aqui, ele [o governo] é muito mais radical (Mauro Lúcio Costa, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais em 2010, informação verbal *apud* FERNANDES, 2011, p. 47).

A questão da problemática ambiental ajuda a manter o foco sobre as questões trabalhistas. Mas a legislação trabalhista, assevera Fernandes (2011), é mais severa que a legislação ambiental. Entrementes, em virtude das “práticas terem mudado”, a visão que os pecuaristas possuem de si é de uma evolução (FERNANDES, 2011, p. 48). O discurso é bem elaborado, pois que justifica a um só tempo o presente e o passado. Na opinião do presidente do Sindicato dos Produtores, a ocorrência de desmatamento e o uso do trabalho escravo não são representativas do caráter da classe, mas foram, na realidade, constrangimentos a que foram forçados porque estes eram, no período da ocupação, os “únicos meios disponíveis” para tal. E tudo estava chancelado pelo Estado que apoiou a colonização privada, com todos os seus métodos desde o início.

Eu vim pra cá pra poder desmatar. O intuito nosso, nós fomos convidados, viemos pra cá pra poder fazer isso. (...) A maioria dos produtores venderam suas matas, que eram as madeiras, porque não se perdiam as áreas. Outros derrubavam pra evitar invasão. Houve um grande desperdício. Você não conseguia segurar. O governo nesse tempo, ele sumiu. Então as invasões eram muito grandes na área. (...) Outros derrubavam e metiam fogo pra não perder terra. (...) Então as pessoas não sabem o que era isso aqui há quarenta anos atrás, há trinta anos atrás, a dificuldade que nós enfrentamos e o que nós enfrentamos sem conhecimento nenhum. Ninguém fez o que fez aqui por

1 S. da S. Gomes. Proprietário de uma fazenda de gado em Paragominas.

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

maldade. Fez por falta de conhecimento. Fez por falta de tecnologia (Mauro Lúcio Costa, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais em 2010, informação verbal, *apud* FERNANDES, 2011, p. 47).

Um relato, portanto, na mesma direção do que diagnóstico teórico realizado por Martins (2009), na medida em que o mundo que necessitava ser instalado era incompatível com o que havia antes. Nascia, com todas as cruzeiras, um novo padrão de organização espacial (PORTO-GONÇALVES, 2001). Do mesmo modo como as “pressões sociais” teriam levado os pecuaristas às práticas comentadas, no atual momento, por outro lado, as mesmas “pressões sociais” constroem a classe na direção oposta (FERNANDES, 2011, p 48). Com novas exigências, as práticas sociais precisam ser modificadas. É assim que o vê o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas.

Eu acho que essa mudança foi uma coisa que aconteceu no mundo inteiro. Então, realmente, a gente precisa mudar, a gente precisa evoluir. E aí vai contra os princípios nossos aquilo que nós começamos a fazer. Só que aí a gente tem que começar a tirar lucros, tirar coisas boas daquilo ali. Eu, por exemplo sou contra a tese do “me chamaram pra cá pra desmatar”. Realmente foi, me chamaram pra isso mesmo. Mas isso foi naquela época, hoje não é mais. Não é porque eu fui chamado pra cá pra desmatar que eu vou desmatar a vida inteira. Não, tem que acompanhar a evolução (Mauro Lúcio Costa, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais em 2010, informação verbal *apud* FERNANDES, 2011, p. 48).

O que Fernandes (2011) não aborda em mais detalhes, contudo, é que os últimos três mandados da Prefeitura de Paragominas saíram de membros do Sindicato dos Produtores Rurais. O poder econômico da instituição torna-se “poder simbólico”, na medida em que a sede do sindicato é uma área de shows, onde costumam ocorrer shows de artistas populares no Brasil, como modo de entretenimento. Destarte, o Sindicato dos Produtores Rurais é parte integrante da cultura local. O *site* na internet da instituição dá uma mostra do alto nível dos espetáculos produzidos. Uma estratégia política, como sabemos, antiga, mas válida.



Imagem 1: Evento de rodeio no espaço para shows do Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas.

Foto: Site do SPRP.

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

E este nível de organização de classe denota o poder político, de algum modo, continua nas mãos da classe que criou o município em 1965. A realidade espacial do município é a flagrante concentração de terras, onde as grandes propriedades ocupam 85% da área de Paragominas, ao passo que apenas 15% é ocupada por um grande número de pequenas propriedades (FERNANDES, 2011, p. 49). Sobre essa concentração, o relatório de Pinto et. al. (2009, p. 9-10, grifos dos autores) é claro:

Situação fundiária. A base de informação fundiária georreferenciada existente do município resultou na obtenção de polígonos que cobrem 42% da área de Paragominas, o equivalente a 810.290 hectares, distribuídos em propriedades privadas (31,2%), Terras Indígenas (5,1%) e assentamentos rurais (5,7%). Portanto, há uma lacuna de informações georreferenciadas para 1,12 milhão de hectares (58% da área total). Identificamos em Paragominas, por meio de levantamentos de campo, 15 colônias agrícolas fora de projetos de assentamento. Juntas essas colônias ocupam uma área estimada em 49 mil hectares, ou seja, 2,5% da área municipal.

Podemos vê-lo melhor na tabela 02:

Tabela 2: Categorias de propriedades de Paragominas, Pará, obtidas por Pinto *et. al.* (2009).

Categoria	Quantidade	Área (ha)	% da área municipal
Terras Indígenas	2	98.362	5,1
Assentamentos Rurais	15	110.600	5,7
Propriedades Privadas	134	602.328	31,2
Total		811.290	42,0

Fonte: Ibama, Incra, ISA, Sema, Sindiserpa.

De acordo com os dados espaciais disponibilizados pelo ITERPA, sabemos que os proprietários dessas fazendas não chegam a uma centena. Logo, menos de cem pessoas são donas de um terço do município. Em nosso caso, elaboramos um mapa acerca do regime de propriedade em Paragominas, mas utilizando somente dados espaciais do ITERPA (Mapa 1). À desigualdade espacial sempre se coaduna uma desigualdade social. Mais de 50% da população ocupada de Paragominas recebia em 2000 rendimentos inferiores a três salários mínimos, sendo 28,86% vivia com até um salário mínimo, conforme podemos visualizar na tabela 3.

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtq.v5n8p1-28>

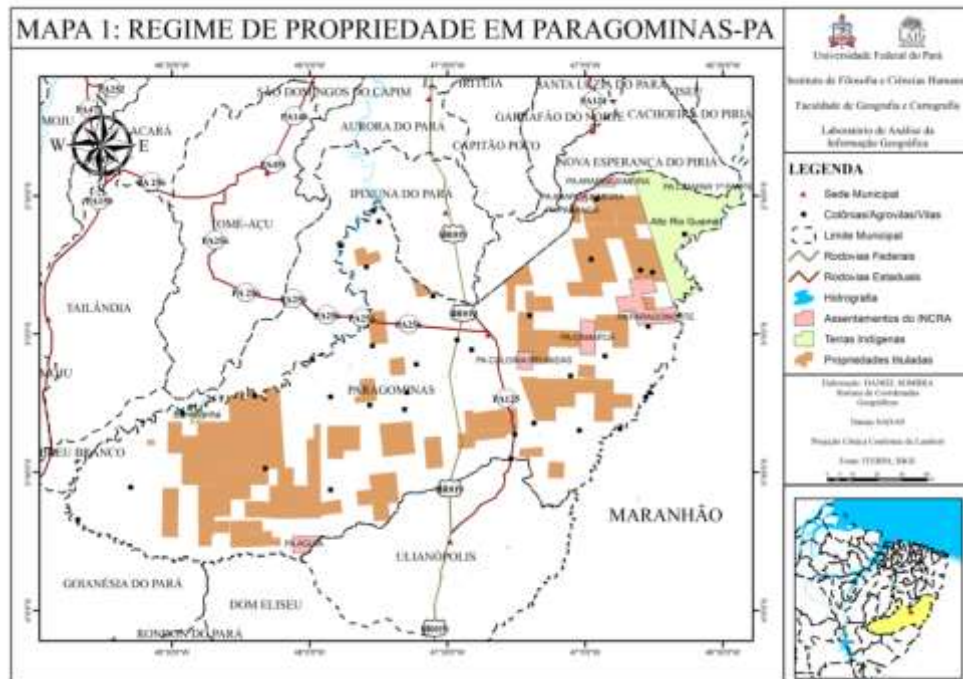


Tabela 3: Distribuição da POC por classe de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos em salário mínimo¹ - 2000

Classe de Rendimentos	POC	%
Total da POC	25.266	-
Até 1	7.292	28,86
Mais de 1 a 2	8.355	33,07
Mais de 2 a 3	3.133	12,40
Mais de 3 a 5	2.608	10,32
Mais de 5 a 10	1.736	6,87
Mais de 10 a 20	586	2,32
Mais de 20	404	1,60
Sem rendimento ⁽²⁾	1.151	4,56

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Elaboração: Idesp/Septaf

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00; (2) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefício

As grandes propriedades são, em sua maioria, improdutivas ou voltadas para exportação de carne e grãos (soja). A área de cultivo da soja, bem como a do milho, está em expansão conforme podemos visualizar na tabela 4. Ocorre que de acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2011) essa expansão não tem indicado, de modo algum, melhoria nos números de emprego, posto que estas são atividades que necessitam de pouca força de trabalho (figuras 2 e 3).

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

Tabela 4: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2003-2006

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (tonelada)				Valor (mil reais)			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
Abacaxi(mil frutos)	25	25	25	30	630	630	630	756	221	246	246	454
Arroz (em casca)	6.475	12.585	16.700	11.000	14.767	31.767	43.548	29.400	9.746	19.696	13.282	12.642
Feijão (em grão)	150	150	170	200	255	150	170	185	408	248	281	259
Mandioca	3.800	4.100	4.050	4.200	57.000	61.500	60.750	84.000	5.700	6.150	6.075	8.400
Milho (em grão)	10.655	13.757	12.400	16.000	43.342	60.450	53.130	74.400	15.603	24.180	17.533	20.832
Soja (em grão)	3.000	3.259	6.990	10.000	8.640	9.777	20.970	30.000	6.048	6.648	8.703	10.800

Fonte: IBGE/PAM
Elaboração: Idesp/Sepof

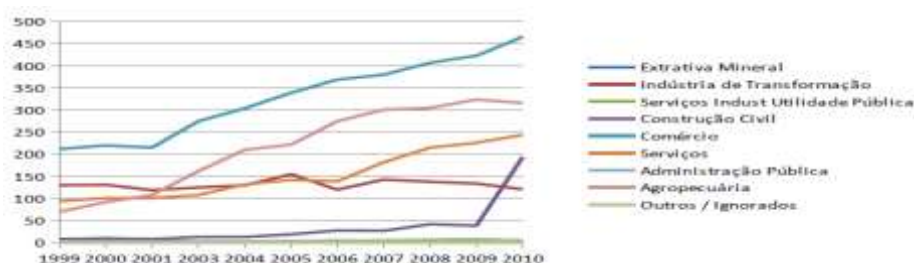


Figura 2: Número de Empregos por Setor em Paragominas 1999-2010.

Fonte: RAIS-MTE, 2011.

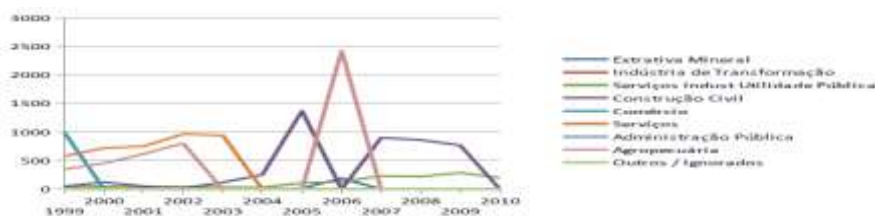


Figura 3: Estoque de emprego por setor em Paragominas 1999-2010.

Fonte: RAIS-MTE, 2011.

Mas os alimentos, oriundos de lavouras temporárias, ainda saem em sua grande maioria das pequenas propriedades, principalmente das Colônias Agrícolas do município que persistem sendo ocupadas sem regularização oficial por posseiros a quem ainda não fornecida a efetiva propriedade da terra.

O campesinato e o sindicato dos trabalhadores rurais

O município de Paragominas possui quinze importantes colônias agrícolas, nas quais cerca de 900 famílias ocupam em torno de 50 mil hectares (PINTO *et. al.*, 2009). Famílias que, em geral, não tiveram sua situação acerca da posse da terra regularizada. Também há quinze assentamentos do INCRA, com cerca de 110 mil hectares. Cada lote nas colônias agrícolas tem uma média de 25 hectares por parcela de terra, enquanto que nos assentamentos esta média é o dobro (PINTO *et. al.*, 2009). Quanto às culturas elaboradas, temos que:

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

As culturas de arroz, feijão, mandioca e milho continuam sendo as mais cultivadas entre os pequenos produtores agrícolas de Paragominas. Essas culturas visam primeiramente garantir a segurança alimentar da família e, quando há excedente de produção, gerar renda monetária para suprir outras necessidades da unidade familiar e produtiva. Dentre esses cultivos agrícolas, a mandioca é a mais amplamente comercializada sob a forma de farinha (PINTO *et. al.* 2009, p. 37).

Assim enquanto as grandes fazendas produzem grãos e, principalmente, gado para a exportação, os pequenos produtores são quem alimentam o mercado interno. A hegemonia do gado espreado sobre o território diante de outros usos da terra pode ser visto no mapa 2, o qual elaboramos com dados espaciais do INPE (produzidos a partir de imagens *Terra Class*) referentes aos ano de 2008. Analisando outro tipo de imagem (*Landsat*) Pinto *et. al.* produziram a seguinte síntese mostrada na tabela 5 sobre o uso da terra em Paragominas:

Tabela 5: Estado atual de conservação e uso da terra em Paragominas, Pará.

	Área (ha)	% relativo a área do município
Área com corte raso	748.000	38,7
Agricultura familiar	108.569	5,6
Pecuária	599.186	31,0
Cultivo de grãos (arroz, milho e soja)	34.200	1,8
Uso não identificado	6.045	0,3
Área com floresta altamente degradada em 2008	130.693	6,8
Área com cobertura florestal	1.055.089	54,6
Floresta nativa remanescente	1.015.089	52,5
Reflorestamento	40.000	2,1
Área total de Paragominas	1.933.089	100,0

Ao contrário dos grandes proprietários, contudo, os pequenos agricultores não têm uma única associação. Alguns estão organizados em associações de moradores, e nem todos estão filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas. Cada uma das quinze colônias agrícolas possuem associações representativas, e são esses agricultores que constituem a maioria dos associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Devemos entender por:

Colônias de pequenos produtores rurais – uma área geográfica com concentração de famílias que vivem, geralmente, em pequenos lotes e usam uma estrutura em comum chamada “patrimônio”, formada por escola, igreja, sede da associação etc. (PINTO *et. al.*, 2009, p. 27).

Pinto *et. al.* (2009) realizaram uma estimativa da área e do número de famílias de cada colônia, a qual reproduzimos na tabela 06. De acordo com Fernandes (2011, p. 49), as colônias com a melhor situação econômica são aquelas localizadas com maior proximidade em relação à cidade de Paragominas. São os casos das colônias Urain e Condomínio Rural. Fernandes (2011) explicita que as associações surgiram nas comunidades em virtude da necessidade de se pleitear recursos e políticas públicas perante a Prefeitura Municipal e, principalmente, para atender a questão da

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

regularização fundiária. Esse seria o caso especial da colônia do Uraim (FERNANDES, 2011, p. 50).

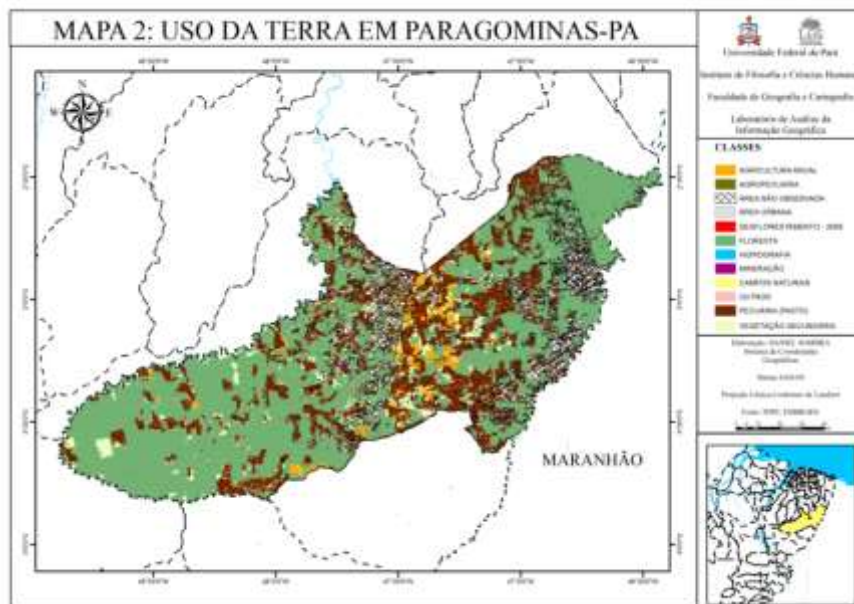


Tabela 6: Estimativa da área e do número de famílias de 15 colônias em Paragominas visitadas pelo Imazon em 2008 (PINTO *et. al.*, p. 59).

Colônias	Número de famílias	Área da colônia (ha)
Água Branca	30	(Sem informação)
Asero sanitário	(Sem informação)	(Sem informação)
Bom Esperança	30	4.500
Condômino	(Sem informação)	(Sem informação)
Rural	(Sem informação)	(Sem informação)
Glória 22	30	6.000
Nordeste	48	2.400
Nova Aliança	(Sem informação)	(Sem informação)
Novo Horizonte	25	4.500
Oriente	320	4.500
Santa Rosa	5	1.900
São Lucas	15	600
São Sebastião	60	2.250
Três Lagos	33	2.700
Uraim	(Sem informação)	(Sem informação)
Vila 204	(Sem informação)	(Sem informação)
Média	60	3.261
Desvio Padrão (*)	93	1.700
Máxima	320	6.000
Mínima	5	600

Em trabalho de campo, porém, um dos agricultores da colônia Condomínio Rural enfatizou mais o papel dos partidos políticos na construção dessas associações.

Quando nós chegamos aqui não tinha nada, só índio. Tivemos que travar contato com eles, e, com o tempo, eles se foram. (...) Com relação a isso [as associações], o pessoal do PCdoB sempre teve muita influência por aqui. Aqui pelo menos [na Colônia Condomínio Rural] foram eles que praticamente criaram a Associação. Mas foi muito importante isso porque sem ela não se consegue nada. (...) Agora tá melhorando, tem o programa da merenda, tem o Bolsa-Família. (D. S. da Silva, informação verbal, entrevista

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>
(concedida em 10/05/2012²).

A Colônia do Urain é, segundo Fernandes (2011) a mais desenvolvida, e conta com escolas, bancos e, no caso do Banco do Brasil, uma agência especializada em agricultura familiar. As duas colônias, Urain e Condomínio Rural, são as que também têm mais acesso a programas do Governo Federal, em virtude da fase adiantada do processo de regularização dos títulos de terra. A regularização fundiária em áreas estaduais, após o estabelecimento do projeto “Paragominas – Município Verde” foi acelerada pelo ITERPA, e, encontra-se em estado adiantado no que tange às áreas estaduais, e é o caso específico dos posseiros que se encontram na Colônia do Urain (FERNANDES, 2011, p. 52) e em Condomínio Rural. Entrementes, as colônias que se encontram em áreas federais têm enfrentado por parte do INCRA uma grande morosidade (FERNANDES, 2011, p. 51-52). Sem a titulação da terra, o acesso ao crédito e programas sociais e econômicos do governo está vedado.

A economia na maioria das colônias ainda é voltada quase que exclusivamente para a subsistência. Das quinze colônias apenas as duas mais próximas de Paragominas – Urain e Condomínio Rural – produzem excedentes para a comercialização nas feiras da sede municipal de Paragominas (FERNANDES, 2011, p. 50-51). A falta de investimentos, equipamentos e insumos para a agricultura familiar são as maiores reivindicações por parte dos líderes das colônias agrícolas. Os investimentos no setor rural estão hoje dominados para a monocultura de árvores, que, em nome do reflorestamento, vem ocupando áreas cada vez mais extensas em Paragominas sem promover uma democratização do acesso à terra (FERNANDES, 2011, p. 53).

Originalmente “colono” era quem já chegava à região com o título de acesso à terra. Ocorre que em Paragominas essa situação foi invertida, posto que os colonos, em geral, são posseiros. Os que possuem os títulos de terra são definidos pelo nome de “assentados”. Em Paragominas, há quinze projetos de assentamentos, todos em áreas federais, jurisdição do INCRA. Para a sua constituição, foram selecionadas áreas improdutivas as quais foram expropriadas de seus proprietários, em troca de uma “justa indenização” para a constituição dos assentamentos. Na maioria dos casos, entrementes, os assentamentos do INCRA foram constituídos a partir de terras devolutas, pouco alternando a estrutura fundiária. Na tabela 07 reproduzimos a área de cada assentamento calculada por Pinto *et. al.* (2009, p. 31).

Especificamente no caso do assentamento Paragonorte, segundo Fernandes (2011, p. 53), sua área advém de um processo de demarcação de terras indígenas pela FUNAI. Ao saberem disso, agricultores teriam ocupado a área e exigido a constituição de um assentamento. Algo intrigante, contudo, ocorre com relação à organização política dos assentados. Diferente das colônias agrícolas, que contam com associações com forte participação dos agricultores, organicamente ligadas ao Sindicato dos

2 D. S. Da Siva, agricultor da Colônia Condomínio Rural.

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

Trabalhadores Rurais, no caso dos assentamentos isto não tem ocorrido. O que se nota é que há uma grande quantidade de associações em cada assentamento disputando a representação do mesmo. Isso se reflete na menor participação dos assentados no próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais. De acordo (D. S. da Silva) com um de nossos entrevistados, isso se deve também ao fato de que parte importante dos assentados seriam originalmente trabalhadores urbanos, sem intimidade com o roçado, e que teriam adquirido os lotes como “laranjas” para posteriormente vendê-los a terceiros. Esta é uma prática ilegal, de acordo com as regras estabelecidas pelo INCRA. Este tema não é comentado por Fernandes (2011) e nem encontramos um dado estatístico, documental ou empírico que pudesse nos auxiliar melhor nessa direção.

Tabela 7: Área dos assentamentos rurais localizados parcial ou integralmente em Paragominas, Pará.

Nome do assentamento (PA)	Área em Paragominas (ha)
Luiz Inácio	34.434,33
Paragonorte	32.237,49
Canapuí	7.361,15
Água	6.210,83
Colônias Reunidas	4.381,69
Nova Vida	4.195,33
Alta Floresta	4.005,27
Rio das Cruzes	3.914,96
Aragua Simeira	3.891,50
Mandacari	3.465,97
Glebuzha	1.807,07
Progresso	1.679,80
Paranao	1.406,76
Ilacabal	991,37
Arria Branca	617,45
Total	110.600,97

Fonte: INCRA

O primeiro projeto de assentamento institucionalizado em Paragominas foi o Colônias Reunidas, apenas em 1987. O último projeto data de 2006, e se chama Luís Inácio, em homenagem ao ex-presidente Lula que, na ocasião de sua inauguração visitou Paragominas e premiou o então prefeito Adnan Demachki, do PSDB, e de tradicional família pecuarista, por seus esforços de disseminação do Programa Fome Zero em Paragominas. A produtividade de assentamentos não é alta, basicamente por três razões: *a)* o solo, muitas vezes, não é adequado para a agricultura, visto que os assentamentos foram criados em terras improdutivas, não só do ponto de vista do uso, mas da própria fertilidade; *b)* há casos relatados de falta de habilidade na administração agrícola, já que parte dos colonos é formada por pessoas que viviam em áreas urbanas e não tinha a cultura do plantio; *c)* as condições materiais dos assentamentos são precárias, incluindo o próprio acesso aos terrenos. No que diz respeito a este último deve notar-se que a residência dos colonos quase sempre está em alojamentos, longe de alguns lotes de plantio (FERNANDES, 2011, p. 53).

Contudo, conforme esperado por Abramovay (2009), confirma-se em

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

Paragominas a produção do que ele chama de “lógica territorial” em detrimento do puro “setorial”. O espaço rural, a seu ver, não é sinônimo de exclusividade da agricultura. A agricultura nos assentamentos de destina basicamente à autossustentação, mas há um pequeno comércio existente nos próprios assentamentos que complementam as fontes de renda. A principal fonte de renda dos assentados, além das transferências governamentais (principalmente o Bolsa-Família, mas também o PRONAF e similares), que aqui se realizam com muito mais facilidade, posto que nos assentamentos já se resolveu o problema da regularização fundiária, advém do desempenho de trabalho na construção civil, nos próprios assentamentos ou em Paragominas, ou mesmo no comércio e na indústria (FERNANDES, 2011, p. 55). Nos assentamentos, portanto, a dependência com relação ao dinheiro é maior, de modo que podemos afirmar que, em linhas gerais, os assentados de Paragominas são trabalhadores assalariados, ainda que, na maioria dos casos, trabalhadores informais. Desse modo, pode-se inferir que, ainda que vivam no campo, o modo de extração do valor de seu trabalho se dá de acordo com os preceitos de Santos (2008), e não conforme os moldes de Vergopoulos (1979), isto porque já não são camponeses, ainda que assentados, mas operários.

A prefeitura e a sociedade civil

Desde a redemocratização o município de Paragominas tem sido governado por um único partido, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que, a despeito de ter sido co-fundado por alguns intelectuais críticos do modelo de desenvolvimento brasileiro, alguns de tendências marxistas, apresentou no poder, basicamente, uma plataforma de governo neoliberal, com destaque para a privatização das empresas públicas e a continuidade da política de exportação de produtos semibeneficiados. É bem verdade que mesmo quando as empresas eram públicas elas já estavam sob o domínio do capital monopolista internacional (OLIVEIRA, 1988). Também ocorre que mesmo após a chegada ao poder, na escala federal, do Partido dos Trabalhadores, o maior partido de esquerda após a redemocratização, os moldes sobre os quais têm sido conduzidas as políticas agrária e mineral continuam seguindo os mesmos estabelecidos nos tempos de chumbo, inclusive com o uso do engodo acerca da reforma agrária, pois o INCRA no mandado de Lula passou a sistematicamente misturar dados referentes a regularização fundiária (titulação de áreas já ocupadas) e desapropriação de terras improdutivas, passando a considerar frutos da atual reforma agrária assentamentos estabelecidos há muitos anos, até mesmo nos anos 1940 (OLIVEIRA, 2007).

Devemos, portanto, relativizar a questão acerca da ideologia original do partido no poder, e dar mais atenção às alianças de classe e sua conjuntura econômica para entender melhor o ordenamento do território. Ainda assim, podemos considerar, em termos gerais, a política do PSDB mais conservadora que a de partidos como o PT. E com relação à política partidária, Paragominas elegeu em 2012, como prefeito, o então vice-prefeito Paulo Pombo Tocantins do PSDB, concretizando assim um período de duas décadas da prefeitura local sob o comando deste partido. A despeito da presença de múltiplos atores sociais e políticos no território de Paragominas, no que tange à política

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

partidária não encontramos neste município grandes rivalidades políticas. Isto, acreditamos, se dar em virtude de dois fatores básicos. Primeiramente, conforme vimos ao analisar as obras de Almeida e Uhl (1998) e Fernandes (2011), a classe pecuarista foi quem diversificou a economia local, agregando a atividade madeireira (e carvoeira), lojas e serviços, e, mais recentemente, a monocultura de árvores. Então apesar da existência de atividades econômicas diversas, não há um choque entre uma fração de classes agrária, urbano-industrial ou financeira. Os empreendimentos locais ou pertencem à mesma elite local ou capital monopolista internacional. Daí que o bloco hegemônico se concentre em torno do mesmo grupo havendo sempre uma enorme discrepância no porte das campanhas de cada candidato.



Imagem 2: Centro urbano de Paragominas.
Foto: Autores, 2012.

Por diversos fatores, desde psicológicos acerca da propaganda (do discurso) mais eficiente, até a simples compra de votos, é lugar comum reconhecer que na maioria dos municípios brasileiros, vence o candidato que possui mais recursos para a sua campanha; com honrosas exceções. Há outro fator importante, contudo, que é justamente a ausência de uma maior solidariedade entre os operários e camponeses. Não falamos simplesmente entre trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais porque, como vimos acima, as atuais relações campo–cidade e próprio processo de urbanização – muito mais na psicosfera do que na tecnosfera – nuançaram demasiado o que poderia ser definido enquanto um indivíduo urbano ou rural. Os assentados em Paragominas, em sua maioria, são trabalhadores urbanos que moram no campo. No entanto, eles não se fazem presentes em massa em organizações ou cooperativas. Vimos que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas possui maior participação nas Colônias agrícolas, que possuem, entretanto, menos habitantes que os assentamentos. Daí que uma potencial oposição saída desse sindicato, quase sempre capitaneada por partidos de esquerda, fique fragilizada. De acordo com um agricultor local:

Desde que me entendo por gente nesse lugar, o Sindicato tá nas mãos do PCdoB, teve só um período que acho que ficou com o PT (D. S. da Silva,

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

agricultor da colônia Condomínio Rural, informação verbal, entrevista concedida em 10/05/2012).

Outro morador de Paragominas

(...) É realmente o PCdoB quem sempre esteve presente nas reivindicações aqui em Paragominas. O PSTU tentou montar uma base aqui, mas suas reivindicações são muito relacionadas à construção civil (...). Não pegou (H. Andrade, informação verbal, entrevista concedida em 12/04/2013).³

Outrossim, Fernandes (2011) colheu a seguinte entrevista com o então Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas:

A grande virtude de Paragominas é que por eu ser do PCdoB, isso não atrapalha eu sentar com o Adnan [então prefeito de Paragominas] que é do PSDB. Tem uma coisa maior que o interesse do Adnan e o meu interesse, que é o interesse do povo. É por isso que hoje as coisas estão dando certo. (...) Todas as entidades e o movimento tomou pra si a responsabilidade. Quando nós sentamos é para discutir a melhoria do desenvolvimento do povo e da cidade de Paragominas. Ninguém discute briga partidária. E isso dá um auditório cheio de gente em busca de um só objetivo (Domingos Paz da Luz, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paragominas, informação verbal *apud* FERNANDES, 2011, p. 56).

O fato é que a ideologia da modernização é agora cotidiano. Vive-se a ideologia. A figura do cidadão é confundida com a figura do consumidor, e a noção de bem-estar está doravante associada irremediavelmente aos objetos técnicos. E daí que o compromisso com as ideias de modernização do espaço agrário, agora associada com o “desenvolvimento sustentável”. Isso ajuda a entender como o PSDB, com seu programa de governo basicamente infraestrutural, obteve o maior número de prefeituras no Pará e na Amazônia em geral nas eleições municipais de 2012. Em Paragominas, aliás, a Prefeitura Municipal costuma elaborar pesquisas rotineiras acerca da aceitação da população ao governo local. Uma pesquisa em 2009, logo após o anúncio do projeto de reflorestamento da Vale, mostrava um índice aprovação de 88% (FERNANDES, 2011, p. 58).

Há, contudo, uma busca crescente por parte dos moradores de Paragominas por maior participação nas decisões acerca do espaço público. Ocorre, porém, que essas práticas estão alicerçadas na ideia de cidade enquanto “pátria”, a qual termina por encobrir as desigualdades sociais, ou, ao menos, o motor das desigualdades (VAINER, 2002). A cidade é enxergada como uma empresa e todos devem colaborar para o seu perfeito funcionamento. É com esse espírito que o SEBRAE incentiva projetos como o DLIS (Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável) em Paragominas (FERNANDES, 2011, p. 56). O comitê do projeto foi composta por 22 organizações e instituições, tais como associações comerciais, sindicatos, associações de bairro, centros

3 H. Andrade, morador da sede de Paragominas, professor de matemática.

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

de juventude, além da Câmara Municipal de Vereadores. Um dos temas mais discutidos foi a efetiva instalação da mina de bauxita em Paragominas pela Companhia Vale. Há uma grande preocupação no concernente à mineração em virtude dos exemplos históricos em outros municípios paraenses (FERNANDES, 2011), donde a atividade gerou concentração de rendas, a formação de enclaves socioespaciais, o aumento das disparidades econômicas, e deixou ainda as prefeituras excessivamente dependentes dos royalties da atividade, portanto, converteu o poder municipal em subserviente ao capital monopolista (PALHETA DA SILVA, 2004).

Os processos de autorização de pesquisa e concessão de lavra são regulamentados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A participação de As ONGs também tem crescido nesse processo. As pressões para novas formas de política em Paragominas são oriundas de todas as esferas, diante imagem nacional do município do desmatamento e do trabalho escravo. O surgimento de sociedades civis em escala internacional, com o advento da globalização, tem auxiliado na comoção de atores sociais de diversas partes do mundo acerca do significado social e humano dos desmandos do capital na Amazônia (BURNELL, RACKNER, 2011). O governo oficialmente convida a sociedade civil para o debate, pois que apresenta as atas de audiência pública, previamente publicizadas por veículos de comunicação, desde a internet até jornais e rádios locais (FERNANDES, 2011). Trata-se então, em tese, de uma governança policêntrica construída em parceria com a sociedade civil, sendo esta a opinião particular do ex-prefeito de Paragominas Adnan Demachki (FERNANDES, 2011, p. 56). Se o discurso estiver correto, estamos diante de um típico governo, na esfera municipal, de Estado moderno.

Uma das características centrais do Estado moderno é que as suas instituições e organizações regulamentadoras são, ou devem ser, essencialmente “públicas”, não apropriadas ou tratadas como o domínio privado por seus incumbidos. Mas um dos maiores problemas no estabelecimento de estados modernos no mundo em desenvolvimento tem sido libertar instituições e organizações públicas do controle privado de seus líderes políticos ou de sua “captura” por interesses especiais. Os efeitos combinados do paternalismo e do patrimonialismo têm distorcido e erodido a independência das organizações públicas (LEFTWICH, 2011, p. 233, tradução nossa).

A concepção de política tem avançado, e é possível aumentar, embora lentamente, a consolidação da cidadania nos municípios brasileiros. Porém, os municípios não são realidades em si mesmas, e, em termos gerais, estamos nos referindo a um país donde o capitalismo avança de modo mais severo, uma vez que a acumulação de capital é fantástica e o retorno social, ao contrário de outras formações socioeconômicas, é mínimo. No Brasil a figura do cidadão nunca existiu, sendo por isso tão facilmente manipulado em torno da figura do consumidor (SANTOS, 2000). A própria pesquisa de Fernandes (2011) em determinado momento leva à conclusão de que todas as assembleias e conselhos elaborados não têm, de fato, influência, sobre a gestão municipal, posto que, além de não serem conselhos deliberativos, mas apenas consultivos, o que costuma ocorrer, em geral, é o “convencimento” da população do

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

porque do meio escolhido pelo gestor ser o melhor dentre os que estão disponíveis.

Eu acho que o poder público é centralizador. Não tem uma equipe que esteja pensando que planeje junto (...). A verdade que eu vejo em conversa com secretários e tudo mais é a decisão do gestor, do prefeito. (...) Ele procura fazer reuniões com a comunidade, ele chama, convida as pessoas, as entidades que ele acha representativas, tenta trocar ideia. Após aquela reunião, ele pode até dar uma avaliada, mas não muda a ideia do que ele acha que tem que ser feito (Morador de Paragominas, informação verbal *apud* FERNANDES, 2011, p. 56).

Tal como em Barcarena em que uma oligarquia política conservadora se apropriou do poder público, lançando mãos de recursos modernos para a manutenção dos currais eleitorais sem abrir mão de práticas patrimonialistas (NAHUM, 2006), cremos que fenômeno semelhante se passa em Paragominas. Embora, aparentemente haja espaço para o debate, o bloco de poder mantém firme sua política de beneficiamento às atividades econômicas hegemônicas, na manutenção das mesmas forças no poder; ao passo que políticas de benefício à maioria da população ocorrem quase sempre apenas às vésperas das eleições. Isso cria, ao fim e ao cabo, uma classe que tem o poder de agir, as empresas locais e os grandes agricultores familiares, os verdadeiros tomadores de decisão, e a outra classe constituída de dependentes dessas ações.

Esta “organização particular de vida política” foi o contexto no qual os padrões de patriarcalismo e relações patrão-cliente tornou-se tão difundida no mundo pós-colonial, frustrando o surgimento e consolidação das instituições do Estado moderno. As relações patrão-cliente são típica de sistemas políticos anteriores ao Estado moderno quase em todo lugar. (...) A característica básica da relação patrão-clientes é a relação de poder desigual entre o patrão, que é poderoso, rico e alto no status, de um lado (...) e o cliente, que não possui poder, riquezas ou status, por outro lado (...). A relação patrão-cliente é recíproca, mas desigual, pois o patrão tem o controle ou o acesso aos recursos e oportunidades que (...) ele pode fornecer ao cliente em troca de respeito, suporte, trabalho, ou (no contexto de políticas eleitorais pós-independência) votos (LEFTWICH, 2011, p. 231-232, tradução nossa).

O que está ausente no discurso de Leftwich, contudo, é a divisão do trabalho. Por outro lado, esse fenômeno não é uma simples resistência cultural ou herança colonial, mais uma vez ressaltamos. Trata-se de um fenômeno em movimento que está inserido em amplos territórios-rede de escalas regional, nacional e global. Costuma-se argumentar que em países com um Estado consolidado a sociedade civil moderna é mais forte, mas em países com um Estado em consolidação, a sociedade civil tradicional é mais forte (OTTAWAY, 2011, p. 187). A sociedade civil moderna, representada por ONGs, um dos elementos na configuração de uma democracia avançada em oposição à sociedade civil tradicional assistencialista (OTTAWAY, 2011, p. 188-190) em Paragominas também está envolvida no fenômeno do patrimonialismo.

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

Duas são as ONGs que se destacam em sua atuação em Paragominas: a ONG estadunidense The Natural Conservancy (TNC), e a ONG brasileiro Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia (Imazon), ambas oficialmente são Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OCIPs) reconhecidas pelo Governo Brasileiro. OCIP é categoria jurídica brasileira, que inclui ONGs que atendem a certos requisitos de transparência administrativa e podem, portanto, prestar serviços para o Estado. A lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como as OCIP é a Lei 9,790 de 23 de março de 1999 (BRASIL, 1999).

A TNC é uma ONG internacional criada nos EUA em 1951. Atualmente está presente em 34 países. Sua atuação no Brasil começou na década de 1980 e, em 1994, ela se tornou uma instituição brasileira. Ela possui escritórios em Belém, Brasília, Cuiabá, Curitiba e Rio de Janeiro, e possui como missão institucional ajudar na preservação de biomas como Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e Amazônia (FERNANDES, 2011, p. 66). Na Amazônia, a TNC objetiva buscar parcerias para preservar até 2015 uma área total de 560.000 km². Ocorre, contudo, que a ONG possui um representante em Paragominas trabalhando na sede do Sindicato dos Produtores Rurais, para realizar o Cadastro Rural Ambiental (CAR) de grandes fazendas. Oficialmente essa é uma ação que auxilia no combate ao desmatamento, posto que ao efetuar CAR, o fazendeiro minimiza o impacto ao ambiente provocado pela atividade pecuária, preservando a porcentagem de área nativa prevista na lei, ou reflorestando-a.

A outra ONG é o Imazon que oferece apoio às instituições públicas na formulação de políticas públicas, através da divulgação de informações e treinamento. O Imazon é basicamente uma instituição de pesquisa e possui como colaboradores professores e pesquisadores das diversas universidades, em especial a Universidade Federal do Pará (UFPA). Entre suas principais atividades estão o diagnóstico socioeconômico do uso da terra na Amazônia; o desenvolvimento de métodos para a avaliação e monitoramento desses usos; condução de projetos de demonstração; a análise de políticas públicas voltadas ao uso da terra e a construção de cenários e modelos de desenvolvimento sustentável para atividades econômicas (FERNANDES, 2011, p. 66).

A presença de duas ONGs no projeto “Paragominas – município verde”, que é basicamente uma revisão das atividades econômicas do município para a tentativa de inserção de novas alternativas, mostra o quão complexa é a situação da governança administrativa brasileira, nas esferas municipais, onde podemos encontrar, amalgamadas, características díspares como o estado estruturado, sociedade civil moderna, mas, ao mesmo tempo a presença do patrimonialismo e clientelismo. Também é relevante notar, como mostrado por Fernandes (2011), que não existe um canal de comunicação aberta entre as três esferas administrativas (federal, estadual e municipal), ou entre as agências e órgãos da mesma esfera. Isto explica como é possível, por exemplo, algumas áreas serem negociadas tanto para compra ou doação de terras (através ITERPA ou INCRA), como para a pesquisa de produção mineral (através do

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

DNPM).

Reflorestamento e mineração

A partir dos anos 1990 Paragominas passou a expressar mais claramente o que Santos (1996) chamou de “guerra de lugares” em busca de fluxos de capital. Um exemplo dessa disputa para atrair investimentos se deu na particular queda de braço entre Paragominas, Dom Eliseu e Ulianópolis pela implantação do projeto de reflorestamento por parte da Companhia Vale.

O projeto “Vale Florestar” é basicamente uma “monocultura de árvores” pois que áreas desmatadas serão reflorestadas com árvores comerciais equivocadamente consideradas culturas de reflorestamento. É o caso do eucalipto e do paricá. O interesse da Prefeitura e dos empresários locais pelo projeto se deve ao fato de que a Companhia Vale manifestou o expresso interesse em comprar ou arrendar terras desmatadas para realizar suas culturas. Óbvio que aí ela terá que pagar a renda da terra, conforme o raciocínio explicitado no primeiro capítulo. Daí que empresários e fazendeiros locais tenham rapidamente se movimentado para que o projeto fosse realizado em Paragominas, e não nos municípios vizinhos.

A guerra de lugares, por outro lado, é justamente o mecanismo utilizado para não permitir uma superextração de renda. Exatamente do mesmo modo que a agricultura e a produção de matérias-primas foram disseminadas no mundo para evitar que a renda se sobrepusesse ao capital produtivo. Outra ação comum realizada pelos empresários locais, conforme Fernandes (2011, p. 58), é a constituição de delegações para divulgar o município no Centro-sul brasileiro, incentivando a instalação de indústrias na região. Randal (2011) está certa quando afirma que a teoria da modernização foi incorporada no receituário dos governos latino-americanos e ainda está em voga. Mas não cremos que seja porque seus governantes creiam nisso, mas sim porque, desse modo, extraem mais dividendos.

A atividade madeireira, contudo, segue viva. Em 2004, o polo madeireiro de Paragominas tinha 63 empresas que geravam 4.865 empregos diretos e uma renda bruta de 98 milhões de dólares (FERNANDES, 2011, p. 61). Em 2011 permanecia em Paragominas empresas que possuíam o plano de gestão ambiental, para o qual muito auxiliou a atuação da TNC, e aquelas que migravam para monocultura de árvores. Apesar do discurso preservacionista, a realidade é que as florestas nativas que restaram não possuem tantas madeiras de qualidade, e a dificuldade de acesso diminui os lucros (FERNANDES, 2011, p. 62), porque diminui a renda diferencial. Em pouco tempo já podemos visualizar resultados posto que a cobertura vegetal cresce onde havia áreas desmatadas, conforme podemos perceber se compararmos o mapa 2, com dados de uso da terra referentes a 2008, onde na categoria “floresta” não se diferencia o que é vegetação original e o que é reflorestamento, ou monocultura de árvores, com o mapa 3, o qual elaboramos com dados do ITERPA e da SEMA-PA, que visualiza três momentos

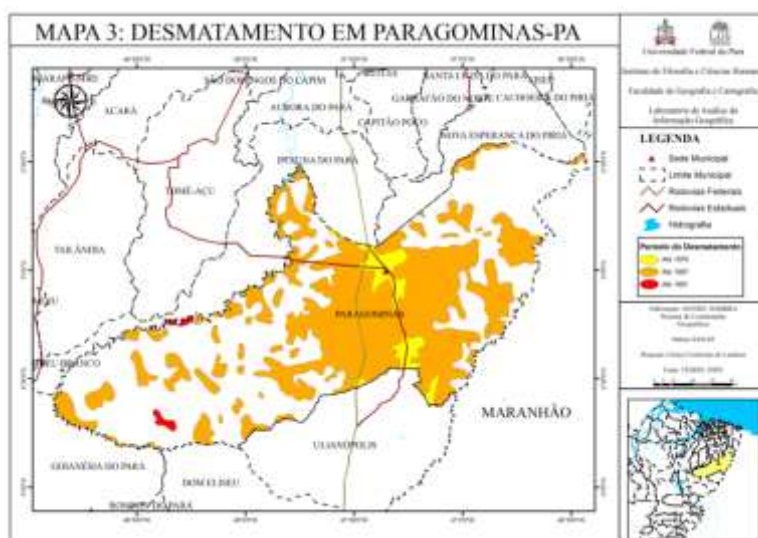
USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

no maior período do desmatamento em Paragominas, entre 1976 e 1991.

É assim que o maior interesse dos empresários madeireiros no reflorestamento é a ampliação da produção de seu capital. Fernandes (2011, p. 62) estima que existam aproximadamente 40 mil hectares de áreas reflorestadas. Os projetos pertencem basicamente a três empresas: a Viveiro Dackro, o Grupo Concren e Companhia Vale. As duas primeiras empresas oriundas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e a última a famosa empresa de mineração privatizada no governo de FHC. As áreas destinadas à monocultura de árvores estão sendo ampliadas pela compra de terrenos de pequenos produtores, conforme foi constatado em trabalho de campo. Não conseguimos dados oficiais para prová-lo, pois embora nos tenha sido afirmado por agricultores da Colônia Condomínio Rural que a Companhia tem comprado lotes nas redondezas, não conseguimos esses dados no banco de dados geoespaciais disponibilizado pelo ITERPA.



Com relação à mineração, os interesses sobre o território se sobrepõem aos demais usos. As autorizações de pesquisa e concessão de lavras são administradas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). O procedimento oficial envolve algumas etapas, desde a autorização de pesquisa até à autorização final de lavra (conforme pode ser visto no mapa 4, elaborado com dados espaciais do DNPM). No caso de Paragominas, a bauxita é o principal minério em questão, embora haja outros como caulim e prata, mas sem tanto destaque (conforme ilustra o mapa 5).

Especificamente sobre a bauxita, há, em Paragominas, um monopólio sobre a mineração de bauxita, realizada pela empresa norueguesa Norsk Hydro SA (fundada em 1905 e presente em 40 países dos cinco continentes), a qual conta com apenas 19.000 funcionários no mundo inteiro, registrados em 2009, vendas na ordem de 67,409 bilhões de coroas norueguesas, sendo a terceira maior fornecedora mundial de alumínio. A Hydro anunciou em 2010, em Oslo, na Noruega a assinatura de um acordo de troca de

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

ações com a Companhia VALE, incluindo a transferência de controle da mina de bauxita de Paragominas, uma das maiores reservas do mundo, além da participação de 91% na refinaria de alumina ALUNORTE, 51% na fábrica de alumínio ALBRAS, e 81% no futuro refinaria de alumina CAP (Companhia de alumina do Pará) (HYDRO, 2011).

Com este acordo, a Hydro que já detinha uma participação de 34 % na ALUNORTE e 20% na CAP, assegura o suprimento de bauxita para sua produção pelos próximos 100 anos e consolida sua parceria com a VALE. A operação transferiu para a Hydro 60% de sua participação em Paragominas. No total, cerca de 3.600 empregados da Vale foram assumidos pela Hydro (HYDRO, 2011). A fase de produção comercial da mina de Paragominas começou em março de 2007 (FERNANDES, 2011), com uma capacidade anual de 5,4 milhões de toneladas por ano para apoiar a segunda expansão da ALUNORTE (HYDRO, 2011).

Segundo a HYDRO (2011, p. 3) Paragominas é a terceira maior mina de bauxita do mundo, com uma capacidade de produção de aproximadamente 9,9 milhões de toneladas anuais. O projeto de expansão foi planejado para atender às demandas da futura refinaria CAP e vai aumentar essa capacidade para 15 milhões de toneladas. Com uma capacidade inicial de 7,4 milhões de toneladas / ano. O investimento inicial foi de 2,2 bilhões de dólares. A bauxita produzida na mina de Paragominas é transportada na forma de chorume (50 % de sólidos) à ALUNORTE através de um duto de 244 km de comprimento. Na ALUNORTE a bauxita é desidratada até 12 % de umidade através de filtros de disco hiperbáricos colocados numa câmara pressurizada. A segunda fase de Paragominas (Paragominas II) foi iniciada em maio de 2008, somando-se a capacidade nominal de 4,5 Mtpa.

À guisa disto, a operação na mina produziu 4,4 milhões de toneladas em 2008. A mina vai atingir 10,0 milhões de toneladas por ano, o que exigirá um investimento adicional na casa dos 196.000 mil dólares (que virá do PAC, do dinheiro público). A infraestrutura construída pelo projeto abriga todos os equipamentos e atividades que apoiam as atividades da mina e planta de beneficiamento. Os prédios e galpões foram construídos de acordo com características industriais, estrutura de metal e vigas de alumínio. Paragominas vive assim um processo de mudança em suas condições de base socioeconômica. Em menos de uma década a mineração se tornou a força motriz do município desbancando a pecuária e a monocultura de árvores, elevando as taxas de crescimento demográfico no município a índices superiores ao da capital Belém. A maioria dos migrantes é oriunda, uma vez mais, do Maranhão e estados nordestinos.

Com a arrecadação da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), Paragominas se tornou a 17º município do país que mais recebeu royalties no Brasil. Contudo, a mineração é uma novidade no município. A descoberta da mina se deu por um grupo estrangeiro, com base nas imagens áreas da USAF (OLIVEIRA, 1987, p. 37). Fernandes (2011, p. 59-60) que o a questão da mineração é

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

muito debatida nas dez associações de bairro na sede de Paragominas, posto que a arrecadação da CFEM potencializa os investimentos municipais. Outra questão que se impõe ao debate é levantada por Becker (2009) que acusa o governo federal de “federalizar” a Amazônia através de suas tantas instituições com causas diferentes. Bem, vemos que INCRA, FUNAI e DNPM não parecem manter um diálogo rotineiro entre si, ainda mais com o governo do Estado do Pará. Vemos afinal que diversos interesses se superpõem no território. O mapa 2 sintetiza os atuais usos, mas nos mapas 4 e 5 já podemos ver os usos futuros.



A sociedade civil se organiza, mas em letargia. As dez associações de bairro mais algumas associações rurais formam a União Municipal das Associações de Moradores de Paragominas (UMAMP), que, entretanto, não possui uma participação

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

efetiva no cotidiano da cidade, sendo mais um espaço para representação política do próprio partido no poder (o PSDB). Independente disto é importante que o tema seja debatido em espaço público, e mais importante ainda que haja alguma pressão social, porque as experiências de dependência da mineração não tem sido interessantes no espaço paraense.

De uma maneira ou de outra, o importante é que se tem que repensar o papel da mineração no Pará e das empresas como a CVRD, que atuam dentro do Estado, e no efeito multiplicador que foi gerado por esses projetos na Amazônia. A questão do aumento da alíquota tem que ser acompanhada por uma nova forma de pensar o desenvolvimento na região, que leve em consideração a sociedade local, e os impactos gerados por esses projetos. É preciso não repetir os mesmos erros do passado, não apenas na quantificação, mas na qualificação da aplicação desses recursos, e não permitir que as empresas montem suas infraestruturas fora do Estado, ficando este somente como o fornecedor da matéria-prima (PALHETA DA SILVA, 2004, p.175-176).

Ao fim e ao cabo, é sempre mais fácil o poder público utilizar o seus recursos para territorializar o grande capital monopolista internacional, do que utilizá-lo em obras de usufruto comum para o seu povo, para os seus trabalhadores. Isto porque o governo é o governo do Estado, que não foi construído para todos, mas para alguns.

Conclusão

O território é então o espaço apropriado por relações de poder, ou seja, controle dos movimentos e dos recursos. Na sociedade capitalista, a produção do espaço é socializada, ao passo que a apropriação do território é privada. O processo de expansão do capitalismo, derivado de sua característica central da reprodução ampliada e da produção do valor a partir do trabalho acumulado gera a necessidade de ajustes espaciais. A expansão é condição *sine qua non*, logo, a fronteira, enquanto expansão do capital é condição *sine qua non*. A fronteira é um processo donde se apropria o território em novos usos, em frentes diversas, portanto. A primeira frente, a frente de expansão, será sempre a da produção (socializada) do espaço, enquanto a frente pioneira será a de apropriação (privada) do território. No caso de Paragominas, vimos um exemplo de colonização privada. Mas isto não diferente em amplos termos da colonização pública. Nos dois casos o que temos é a reprodução ampliada do capital, através da exploração do trabalho. A fronteira é o momento de sujeição da renda da terra ao capital. A apropriação do território, do que foi construído em Paragominas (da estrada aos solos) é realizada pelas classes hegemônicas, as quais se organizam para a manutenção do status quo.

A atual organização do território está cimentada por um acordo de classes, explícito ou implícito, expressado particularmente em Paragominas pelo compromisso com a modernização. Logo, o compromisso com a reprodução do sistema-mundo moderno (e, logo, colonial). O Estado afinal é moderno. Sua característica patrimonial

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

não é uma resistência apenas, mas uma reprodução das mais modernas. A sociedade civil segue apenas manifestando seu desejo da caridade do coronel, posto que reclama ao estado a presença de objetos modernos, com crianças pedindo brinquedos. As ONGs internacionais, por sua vez, parecem mais interessadas no estoque de recursos, portanto na apropriação do território, do que no bem estar da humanidade.

Daí que a mineração, a pecuária e a soja sob a forma do agronegócio e o reflorestamento realimentando a atividade madeireira não parecem representar, fundamentalmente uma novidade. Podem ser uma novidade técnica, e o são, mas não são do ponto de vista da divisão territorial do trabalho, pois o processo em questão é a reprodução das mesmas bases sobre as quais o Brasil um dia já sustentou a mais moderna das agroindústrias, a açucareira, sem nenhuma melhoria objetiva aos trabalhadores e ao povo deixar por aqui. As forças hegemônicas no jogo, com interesses particulares estão todas jogando a favor da modernização, da mundialização, o que quer dizer, da manutenção do sistema-mundo moderno-colonial. Da União à Prefeitura. Das grandes empresas às associações patronais. A modernização, porém, é o meio natural a ser preservado e compartilhado. Não se trata mais de ideologia, mas simplesmente da realidade.

É assim que o discurso da preservação ambiental é realizado pela Sociedade Civil global, por grandes ONGs internacionais. A unicidade técnica é também uma unicidade da realidade. O que se pretende é que todos possam concretizar suas potencialidades humanas, as quais, no novo contexto, só podem ser realizadas através da modernização, posto que não há relações sociais sem a *natureza*. O que cabe agora é se refletir acerca de duas questões. Como elaborar uma organização espacial a qual possa melhorar as condições de vida da maioria, ao contrário do que ocorre atualmente. E, para um momento posterior, pensar até que ponto é válido continuar insistindo no pedido de reformas sem propor alterações estruturais no regime de propriedade e regime de acumulação ora em voga. Não se trata de elaborar uma produção socializada do espaço, a qual já há. Trata-se de engendrar uma apropriação também socializada do território. Regressar ao passado é impossível. Mas talvez avançar na mera reforma já não baste. Enfim, no limite do pensamento, refletir se é possível engendrar um novo espaço, com relações sociedade-natureza não baseadas na exploração de uma classe pela outra sem destruir o espaço produzido por estas vias.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2 Ed., Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.
- ALMEIDA, Oriana Trindade de; UHL, Christopher. **Planejamento do uso do solo do município de Paragominas**. Belém: IMAZON, 1998.
- BECKER, Bertha. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Geramod, 2009.
- BRASIL. Ministério da Casa Civil. **Lei Federal 9.790 de março de 1999**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Ano

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtg.v5n8p1-28>

2011. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/download.asp>>.
- _____. Secretaria de Política Urbana – Ministério do Planejamento. **Lei Federal 9.785 de 29 de janeiro de 1999**. Disponível em: <<http://people.ufpr.br/~felipe/Lei9785.pdf>>.
- BURNELL, Peter; RAKNER, Lise. “Governance and aid conditionality in a globalizing world”. In: BURNELL, Peter; RANDALL, Vicky; RAKNER, Lise. **Politics in developing world**. 3 Ed., Nova York: Oxford University, 2011, p. 277-295.
- FERNANDES, Roberta Aviz de Brito. **O discurso da sustentabilidade: o caso de Paragominas**. 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- HYDRO. **Vale aluminium acquisition: key developments and strategic direction**. Oslo: HYDRO, 2011, disponível em: <http://www.hydro.com/upload/Annual_reporting/annual_2010/downloadcenter/Reports/All%20chapters/03-Vale.pdf>. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conceitos**. S. d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>.
- IDESP, Instituto do Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Estatísticas municipais: Paragominas**. Belém: IDESP, 2011a.
- IDESP, Instituto do Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Estatísticas municipais: São Domingos do Capim**. Belém: IDESP, 2011b.
- IMAZON, Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia. **O Pará no século XXI: oportunidades para o desenvolvimento sustentável**. Belém: IMAZON, 1998.
- LEFTWICH, Adrian. “Theorizing the state”. In: BURNELL, Peter; RANDALL, Vicky; RAKNER, Lise (org.). **Politics in developing world**. 3 Ed., Nova York: Oxford University, 2011, p. 223-240.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 3ª Edição. São Paulo: Contexto, 2009.
- NAHUM, João Santos. **O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras**. 2006. 126 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus, 1987.
- _____. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papyrus, 1988.
- _____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.
- OTTAWAY, Marina. “Civil Society”. In: BURNELL, Peter; RANDALL, Vicky; RAKNER, Lise (org.). **Politics in developing world**. 3ª Edição. Nova York: Oxford University, 2011, p. 181-201.
- PALHETA DA SILVA, João Márcio. **Poder, governo e território em Carajás**. 2004. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- PINTO, Andreia *et. al.* **Diagnóstico Socioeconômico e florestal do município de Paragominas**. Relatório técnico. Belém: IMAZON, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2 Ed., São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4 Ed., São

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtq.v5n8p1-28>

Paulo: Record, 2000.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos espaciais da economia urbana nos países subdesenvolvidos. 2 Ed., São Paulo: EDUSP, 2008.

VAINER, Carlos. "Pátria, empresa, mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano". In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3 Ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

VERGOPOULOS, Kostas. "Capitalismo disforme: o caso da agricultura no capitalismo". In: AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. 2 Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 41-170.

Daniel Araújo Sombra Soares - Graduado em Bacharelado e Licenciatura Plena em GEOGRAFIA pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém-PA, com graduação sanduíche pela Michigan State University (MSU), Lansing-MI, EUA. Ênfase dada aos estudos de GEOGRAFIA AGRÁRIA E REGIONAL DA AMAZÔNIA. Atua como consultor de pesquisa da Michigan State University (MSU), no âmbito do Grupo de Estudos Socioeconômicos do Projeto "OISE-PIRE: Sustainability, Ecosystem Services, and Bioenergy Development across the Americas", estando sob a coordenação dos professores Rodrigo G. Pinto (MSU/EUA) e Theresa Selfa (SUNY/EUA). É servidor público federal, atuando como geógrafo (Nível E) no Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA), sendo pesquisador colaborador do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA). Atualmente é mestrando em GEOGRAFIA pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (POSGEO/UFF), Niterói-RJ.

Alegria dos Santos Leite - Mestrado em Economia e Desenvolvimento Regional no Programa de Pós Graduação em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Graduação em ECONOMIA pela UFPA (2014), com graduação sanduíche pela Michigan State University (2012), Lansing-MI, EUA. Graduada em Administração com ênfase em Gestão Empresarial pela UNAMA (2008), graduação em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (2011). Pesquisadora no Instituto Tecnológico da Vale (ITV) e do Grupo de Estudos Socioeconômicos do Projeto PIRE: Sustainability, Ecosystem Services, and Bioenergy Development across the Americas, estando sob a coordenação dos professores Rodrigo G. Pinto (MSU/EUA) e Theresa Selfa (SUNY/EUA). Atua principalmente nos seguintes temas: gestão empresarial, gestão pública, gestão de custos, bioenergia e economia mineral.

Mateus Monteiro Lobato - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2008), mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2012) e doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - campus de Presidente Prudente. Atualmente é professor - Secretaria de Estado de Educação do Pará e professor bolsista da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana e Cartografia, atuando principalmente nos seguintes temas: migração, Amazônia, estado, capitalismo, fronteira e cartografia.

Carlos Jorge Nogueira de Castro - Professor Efetivo da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Coordenador do Campus Universitário de Igarapé-Açu (UEPA). Geógrafo Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), na Área de Concentração: Organização e Gestão do Território, linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais na Amazônia; Programa de Pós-Graduação vinculado a Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Geoprocessamento e Ordenamento Territorial (FASAMAR), com ênfase no Geoprocessamento voltado ao Transporte Público. Graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com ênfase na Área de Pesquisa: Geografia e Transportes, com uso da Cartografia e de suas ferramentas no Geoprocessamento. Pesquisador junto ao Grupo Geoprocessamento, Cartografia e Agraria na Amazônia (GEOCARTA), vinculado a Universidade do Estado do Pará (UEPA), com Pesquisas nas Áreas de levantamento cartográfico de Comunidades

USOS DO TERRITÓRIO EM PARAGOMINAS (PA): ESPAÇO GEOGRÁFICO E CLASSES SOCIAIS

Daniel Araújo Sombra Soares
Alegria dos Santos Leite
Mateus Monteiro Lobato
Carlos Jorge Nogueira de Castro

<http://dx.doi.org/10.22241/2317-9430/rtq.v5n8p1-28>

Tradicionais na mesorregião nordeste paraense. Pesquisador junto ao Grupo Acadêmico de Produção de Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA), vinculado a Universidade Federal do Pará (UFPA), com Pesquisas nas Áreas de Transporte (urbano e rural), Cartografia (analógica e digital), Planejamento e Gestão.

Recebido para publicação em 03 de julho de 2016.

Aceito para publicação em 27 de julho de 2016.